

VOTO NO DF

# O brasiliense quer fazer política

RITA MEDEIROS

A representação política para Brasília continua sendo um tema de debate, entre alguns dos dirigentes sindicais e de outras entidades de classe. Qualquer proposta feita neste sentido é sempre motivo de discussão entre eles. E assim aconteceu com o plano do presidente da Associação Comercial de Brasília, Aziz Cury, de promover um «boicote financeiro» contra todos os partidos políticos e parlamentares que não assumirem em seus programas a luta pela representatividade no DF.

A forma de viabilizar este «boicote» não foi muito bem esclarecida por Aziz Cury. Mas se constitui basicamente, em não fornecer qualquer tipo de apoio financeiro, da parte dos empresários do DF, a parlamentares que se negarem a assumir esta bandeira.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - seção DF, Maurício Corrêa, vai mais além. No ano passado, ele lançou uma campanha, logo após a reforma partidária decretada pelo governo, pedindo a todos os brasilienses que pretendiam se filiar a algum partido político, que não fizessem naquelas agremiações que não assumissem a luta pela representação política no DF. Ele acha ainda, que o governo precisa perder o medo de conceder ao povo do Distrito Federal o direito de escolher seus próprios representantes. E cabe, na sua opinião, aos sindicatos e demais associações de classes, refletir mais detalhadamente sobre a forma de encaminhar melhor este processo.

Outra posição é a do presidente do Sindicato dos Comerciantes de Brasília, José Neves, que falando sobre o «boicote financeiro» de Aziz Cury, afirmou que a conquista da representatividade política independe dos partidos políticos assumirem ou não esta reivindicação. Em última análise, ele acha que será conquistada a partir de uma imposição da própria população, que, diante de seus problemas imediatos, como por exemplo, a deficiência do sistema de transportes coletivos, a inexistência de um saneamento básico nas cidades-satélites, irá exigir canais onde possa expressar seu descontentamento com a situação em que vive. Por esta razão, ele não vê com muita boa intenção a proposição de Cury. E diz ainda, que o interesse do presidente da ACDF por trás desta campanha é falar em nome da população de Brasília, sem no entanto possuir direito e idoneidade para representá-la. Ele pode sim, afirma Neves, representar os interesses dos empresários e, mesmo assim, de alguns, por que também em Brasília, «eles são muito divididos».

O presidente da Associação dos Vigilantes do Distrito Federal, Francisco Domingos, não é contra o «boicote». Mas concorda com Neves quando afirma que a conquista da representação política é tarefa da população de Brasília, isto é, pressionando e procurando formas de tornar este desejo uma realidade. Ele insiste ainda em outro ponto: «O «boicote» não deve ser dirigido irrestritamente a todos os partidos políticos, pois já existem algumas articulações partidárias que incluirão certamente em seu programa, o compromisso de lutarem pró-eleições em Brasília, como é o caso do Partido dos Trabalhadores».

Já o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Brasília, José Sêrvio, apesar de ser favorável à proposta de Aziz Cury, desconfia dos empresários. E indaga: «Será que os donos das empresas de construção civil terão condições de assumi-la?».

O presidente do Sindicato dos Bancários, Lauro Aquino, concorda totalmente com o representante da ACDF. E diz também que qualquer manifestação favorável à representatividade para o DF é sempre bem recebida, pois esta questão é do interesse de todos, principalmente dos políticos, e das agremiações partidárias. No entanto, ele ressalta que este assunto não foi muito discutido entre os bancários, restringindo-se apenas a nível da diretoria da entidade.

Outra é a posição do presidente da Associação dos Profissionais em Processamentos de Dados, Arianni Wiener Duarte. Ele considera ainda prematura a idéia do «boicote financeiro», porque pode contribuir, se não for analisada mais profundamente, para a campanha perder possíveis aliados. A seu ver, eleições em Brasília devem ser encaminhadas pelo Legislativo, em primeiro lugar. Ele acredita que a formação de novas agremiações políticas irá permitir que um conjunto maior de parlamentares se expressem favoravelmente por esta bandeira, haja vista que, políticos que se manifestaram a favor, estão hoje distribuídos em quase todos os partidos, «o que facilitará na composição de forças, no momento em que for lançado qualquer projeto neste sentido, dentro do Congresso. Fato que dificilmente ocorreria no antigo sistema bipartidário, quando a Arena, maioria, sempre fechava questão contrária à representação».

«Se então pelo Legislativo não for possível, afirma Arianni, os sindicatos, as associações profissionais e comunitárias deverão encaminhar esta luta, pressionando e sensibilizando os próprios políticos, através de um amplo movimento de massas».